

Ministério das Comunicações

Despesas com assistência clínica prestada a cinco guardas e a um segundo-subchefe da Polícia de Viação e Trânsito, vítimas de acidentes em serviço	37 801\$30
Despesas com fardamentos de pessoal menor a liquidar pela Secretaria-Geral do Ministério	860\$00
	<u>38 661\$30</u>

Ministério das Corporações e Previdência Social

Diferenças de vencimento a abonar ao chefe da secção central do Tribunal do Trabalho de Leiria	<u>4 110\$00</u>
--	------------------

Ministério da Saúde e Assistência

Encargo referente a pagamento de serviços da Delegação de Saúde do distrito de Leiria	<u>10 903\$00</u>
---	-------------------

Art. 2.º Ficam igualmente autorizados a satisfazer as quantias abaixo indicadas, de conta da verba de despesas de anos económicos findos inserita nos seus actuais orçamentos privativos, os serviços seguintes:

Emissora Nacional de Radiodifusão

Despesas com a aquisição de combustíveis e lubrificantes e com telefones, linhas de transmissão e força motriz	<u>315 080\$80</u>
--	--------------------

Administração dos Portos do Douro e Leixões

Gratificações por serviços marítimos de assistência, salvamento ou mergulhação	<u>1 640\$00</u>
--	------------------

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 14 de Maio de 1963. — AMÉRICO DEUS RODRIGUES THOMAZ — António de Oliveira Salazar — José Gonçalo da Cunha Sottomayor Correia de Oliveira — Manuel Gomes de Araújo — Alfredo Rodrigues dos Santos Júnior — João de Matos Antunes Varela — António Manuel Pinto Barbosa — Joaquim da Luz Cunha — Fernando Quintanilha Mendonça

Dias — Alberto Marciano Gorjão Franco Nogueira — Eduardo de Arantes e Oliveira — António Augusto Peixoto Correia — Inocêncio Galvão Teles — Luís Maria Teixeira Pinto — Carlos Gomes da Silva Ribeiro — José João Gonçalves de Proença — Pedro Mário Soares Martinez.

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS**Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais****Decreto n.º 45 032**

Considerando que, por razões devidamente justificadas, não foi possível concluir a empreitada de construção do agrupamento de casas económicas de Vila Nova de Gaia, adjudicada a António do Amaral & Filho, no prazo fixado no Decreto n.º 43 405, de 16 de Dezembro de 1960;

Considerando que se torna indispensável prorrogar até 30 de Setembro de 1963 o prazo previsto no mencionado diploma;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º É prorrogado para 30 de Setembro de 1963 o prazo de execução da obra de construção do agrupamento de casas económicas de Vila Nova de Gaia, a que se refere o Decreto n.º 43 405, de 16 de Dezembro de 1960, adjudicada pela importância de 13 450 091\$80;

Art. 2.º Como consequência da prorrogação a que se refere o artigo anterior, fica a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais autorizada a despender no ano de 1963 com pagamentos relativos à mencionada obra a quantia de 4 282 621\$50, correspondente ao saldo que transitou do ano de 1962.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 14 de Maio de 1963. — AMÉRICO DEUS RODRIGUES THOMAZ — António de Oliveira Salazar — António Manuel Pinto Barbosa — Eduardo de Arantes e Oliveira.